



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO  
NÚCLEO DE DEMANDAS PRIORITÁRIAS

**PARECER n.º 00034/2024/PFE-ANM/PGF/AGU**

**NUP: 48069.000034/2024-11**

**INTERESSADOS: HORACI RODRIGUES MESQUITA E DELLAI & DELLAI LTDA**

**ASSUNTO: Registro de licença – revogação da autorização do proprietário do solo –  
liminar em ação de servidão – efeitos**

REGISTRO DE LICENÇA. REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO ANTERIORMENTE CONCEDIDA PELO PROPRIETÁRIO DO SOLO. AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO PARA EXPLORAÇÃO MINERAL. DECISÃO LIMINAR DE IMISSÃO OU MANUTENÇÃO DE POSSE NA ÁREA, CONDICIONADA A DEPÓSITO JUDICIAL JÁ REALIZADO. EFEITOS.

A decisão judicial que assegura ao titular de registro de licença a imissão e(ou) a manutenção de posse na área de lavra supre o consentimento do proprietário do solo e, assim, enquanto perdurar seus efeitos, obsta a cassação prevista no art. 193, II da Consolidação Normativa aprovada pela Portaria n.º 155, de 2016, e fornece amparo para eventual prorrogação do título.

Senhora Chefe da Divisão de Assuntos Minerários,

**RELATÓRIO**

1. Trata-se de Registro de Licença, com prazo de validade até 07.11.2027, cuja titularidade foi adquirida por Dellai & Dellai Ltda por meio de cessão de direitos averbada 29.09.2015, instruída, entre outros documentos, com contrato de locação por meio do qual o superficiário Horaci Rodrigues Mesquita autorizou a cessionária Dellai & Dellai a realizar a extração mineral em terreno de sua propriedade (localizado na Fazenda Cristalina) por prazo indeterminado (**proc. 48413.826849/2012** – fls. 70/72, 80 e 93 – SEI 10268027, 10268034 e 10268044).

2. Em 1.º.06.2021, o superficiário requereu o “cancelamento, anulação e ou cassação da licença, fazendo cessar imediatamente as atividades de lavra”, sob a alegação de não atendimento ao disposto no art. 164, III da Consolidação Normativa, uma vez que o contrato de locação anteriormente firmado teria sido rescindido, conforme notificação efetivada por cartório de registro civil (SEI 2574999), pretensão refutada em 04.06.2021 pela titular do registro de licença com a informação de que **obteve, em ação de constituição de servidão para exploração mineral, decisão liminar de imissão de posse na área, condicionada a depósito judicial já realizado** (SEI 2587039 a 2587050).

3. O superficiário, representado por advogada, veio novamente aos autos em 06.11.2023 para reiterar o pedido de cancelamento ou cassação do registro de licença, sustentando que a ação judicial intentada para obter liminarmente o ingresso na área de lavra estaria “respaldada em ILEGALIDADE PROBATÓRIA, tratando-se de OBJETO IMPOSSÍVEL, no âmbito jurídico, por não existir essa espécie de servidão para Licenciamento”, ocasião em que também alegou que a empresa requerida teria deixado de explorar a atividade por período superior a 6 meses (SEI 10001739 a 10001744).

4. As alegações assim apresentadas foram impugnadas pela empresa Dellai em 16.11.2023, por meio de manifestação acompanhada, entre outros documentos, de **decisão judicial emitida em 18.10.2023, que rejeitou pedido de revogação da liminar deferida**, bem como de escritura pública de ata notarial com relato de tabeliã quanto à constatação, em 21.09.2023, da existência de equipamentos, máquinas, veículos, caminhões e trabalhadores no endereço conhecido como Pedreira – situada na Fazenda Cristalina (SEI 10175902, 10175903, 10175905, 10175908 e 10175909).

5. Requerimento de mudança de regime para autorização de pesquisa foi protocolizado em 20.11.2023 (SEI 10215705 e 10215707).

6. O senhor Horaci Rodrigues Mesquita, uma vez mais, veio ao processo administrativo e, desta feita, solicitou a formulação de exigência ao titular para apresentação do contrato de locação ou de arrendamento renovado, sob pena de cancelamento do registro de licenciamento, assim como o indeferimento do pedido de mudança de regime, aduzindo argumentos que podem ser assim resumidos (SEI 10282539):

- o Requerimento Técnico de Área de Servidão Mineral de 12.03.2021 e a ação judicial de manutenção de posse e servidão mineral corroboram e comprovam estar o documento ou contrato de locação ou arrendamento devidamente rescindido, inexistindo, portanto, acordo entre as partes;

- o abandono da atividade de exploração por período superior a 6 meses comprova-se nos autos mediante ata notarial e, em razão do disposto no art. 10, II da Lei n.º 6.567, de 1978, determina o cancelamento do título;

- a ação judicial carece de fundamentos legais uma vez que o título minerário “se encontrava legalmente em situação temerária” perante a ANM.

7. Em 14.02.2024, a titular Dellai & Dellai Ltda juntou aos autos cópia de decisão da 17.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que negou conhecimento ao agravo de instrumento interposto contra o indeferimento do pedido de revogação da tutela de urgência que concedera a imissão na posse pleiteada na ação de servidão mineral (SEI 11394785 a 11394787).

8. Nos autos do **processo 48069.000034/2024-11**, foi emitida a NOTA TÉCNICA SEI Nº 1030/2024-SEOUT-PR/GER-PR (SEI 11328917) em que, além do relato dos fatos, foram expostos os seguintes entendimentos:

- quando da última prorrogação do registro de licença, em 29.11.2017, a documentação apresentada estava em conformidade com a legislação e “a *autorização do proprietário do solo, na época, era válida e por prazo indeterminado, logo não cabe o CANCELAMENTO, ANULAÇÃO OU CASSAÇÃO DO REGISTRO DE LICENÇA, EM COMENTO, sem ordem judicial*”;

- quanto às alegações de paralisação por mais de 6 meses, a Dallai afirma que, por questão estratégica empresarial, estava transferindo parte dos equipamentos para outra unidade da empresa, “*não refletindo qualquer hipótese de paralisação de atividades*”;

9. Ao final, foram elaborados quesitos à procuradoria especializada com o seguinte teor:

“21 - Cabe a cassação do Registro de Licença, que está valido até 29/11/2027, em razão da revogação da autorização do proprietário do solo?

22- Cabe nova prorrogação do registro de licença, sem a autorização do proprietário do solo, caso em 29/11/2027 não tenha sido efetivada a outorga da portaria de lavra, em razão da solicitação de mudança de regime de licenciamento para o regime autorização de pesquisa?

23. A liminar, deferida em favor do Titular do Registro de Licença, conferida em 30/04/2021, determinando a manutenção na posse, condicionada ao depósito do valor de indenização prévia ao superficiário (art. 60 do Código de Mineração), no montante de R\$ 268.561,08 (duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e um reais e oito centavos), valor este já depositado, decisão do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE TOMAZINA VARA CÍVEL DE TOMAZINA, supre a autorização do proprietário do solo?”

10. A manifestação foi acolhida pelo Gerente Regional da ANM e os autos, encaminhados à PFE/ANM (SEI 11329531).

11. Relatados os fatos, passa-se à análise demandada.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

12. Considerando que o cerne da consulta está relacionado à alegação do superficiário de que a autorização anteriormente concedida ao titular do direito minerário estaria revogada e, por essa razão, o registro de licença deveria ser cancelado, é importante salientar que a questão foi levada ao conhecimento Judiciário quando do ajuizamento da ação de imissão referida no relatório deste parecer.

13. Com efeito, lê-se da decisão que concedeu liminarmente a imissão na posse (SEI 10175905):

“1. Trata-se de ação de constituição de servidão para exploração mineral c/c pedido liminar de manutenção na posse ajuizada por DELLA I & DELLA I LTDA em face de HORACI RODRIGUES MESQUITA.

Alegou a parte autora, em síntese, que:

a) é empresa mineradora em efetiva atividade, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Mineração junto ao processo minerário nº. 826.849/2012;

b) a autorização para extração de reserva mineral possui área demarcada dentro da propriedade do réu, no imóvel de matrícula nº. 15.299, do CRI de Tomazina/PR;

c) durante muitos anos realizou a extração do minério na propriedade do réu mediante **contrato de arrendamento firmado entre as partes com prazo indeterminado**;

d) “em 24.02.2021, a **Autora foi surpreendida com uma Notificação Extrajudicial (doc. anexo), informando a intenção do Réu em não manter o referido contrato, solicitando a extinção e impondo a desocupação do imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, sob a ameaça de que o valor ora pactuado de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) passaria de imediato para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), ou então que a Autora efetuasse a compra da área ao valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)**”;

e) “o Código de Mineração garante ao minerador o direito de exercer sua atividade, com regras capazes de sujeitar o superficiário a consentir seu ingresso no imóvel, tendo em vista o caráter de utilidade pública inerente à mineração”;

f) impõe-se a concessão de tutela antecipada a fim de constituir servidão nos 10,21 hectares inseridos no imóvel de propriedade do réu para possibilitar a continuidade de lavra da jazida existente no subsolo da área, expedindo-se

mandado de

*In casu*, **sopesando os elementos trazidos a exame pela parte autora**, em sede de cognição sumária, **conclui-se pela presença dos requisitos exigidos pela lei processual civil para o deferimento da tutela provisória de urgência**.

Extraí-se a verossimilhança nas alegações da parte autora a partir dos documentos juntados à inicial, que comprovam a concessão de licença em favor da referida para exploração da atividade de mineração (movs. 22.8, pág. 01, e 22.12, pág. 07).

Além disso, o perigo na demora é evidente, na medida em que a viabilização do exercício da atividade pela empresa autora depende da ocupação da parte do imóvel discriminada na inicial. Além disso, é notória a importância econômica, social, estratégica e política da mineração, cujos bens são substanciais ao desenvolvimento de diversos setores econômicos.

...

Por todo o exposto, **concedo, liminarmente, a imissão da parte autora na posse (ou manutenção da posse se existir apenas turbação)** da área de 10,21 hectares, pretendente à matrícula 15.299, do CRI de Tomazina/PR, em observância às coordenadas contidas na autorização juntada ao mov. 1.12, a qual fica condicionada ao depósito judicial do valor aferido no laudo pericial de mov. 1.6.

.....” (negrito acrescentado)

14. Verifica-se que o juízo não considerou suficiente para impedir a concessão da tutela de urgência a notificação promovida pelo proprietário do solo acerca da intenção de extinguir o contrato de arrendamento/locação. Assim, deferiu a imissão na posse na área onde está localizada a jazida, possibilitando ao titular o desenvolvimento da atividade mineral no local.

15. Destarte, a decisão judicial **supriu o consentimento do superficiário** para fins viabilizar a execução das **atividades de lavra autorizadas no interesse nacional** por meio da emissão do registro de licença e de suas prorrogações.

16. Em outras palavras, o ato judicial permitiu o preenchimento da formalidade exigida pela Consolidação Normativa nos seguintes termos:

*Art. 164. No ato de sua protocolização, o requerimento de registro de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

...

*III - declaração de ser o requerente proprietário de parte ou da totalidade do solo e/ou instrumento de autorização do(s) proprietário(s) para lavrar a substância mineral indicada no requerimento em sua propriedade ou assentimento da pessoa jurídica de direito público, quando a esta pertencer parte ou a totalidade dos imóveis, excetuando-se as áreas em leito de rio; (Redação revigorada pela Portaria 70948/2017/DNPM/MME de 21/12/2017)*

...

*Art. 193. O registro de licença será cassado quando: (Redação restabelecida pela Portaria 70948/2017/DNPM/MME de 21/12/2017) ...*

*II - a licença municipal, a autorização do proprietário do solo ou o assentimento da pessoa jurídica de direito público tiver sido cassada, revogada ou anulada. (Redação restabelecida pela Portaria 70948/2017/DNPM/MME de 21/12/2017)*

17. A propósito, orienta a melhor doutrina:

“SUPRIMENTO DO CONSENTIMENTO. É o ato processado perante o juiz, a fim de substituir o consentimento da pessoa à execução do ato, quando é ausente, incapaz, ou quando há recusa por parte da outra pessoa, cujo consentimento igualmente se faz necessário.” (De Plácido e Silva, Vocabulário jurídico, Forense, 27ª ed., 2007, p. 1.352 – negrito acrescentado).

18. É lícito, portanto, entender que a autorização do proprietário do solo de que tratam os dispositivos da Consolidação Normativa acima mencionados **encontra-se suprida, ou seja, substituída validamente, pela decisão judicial** em apreço.

19. Por conseguinte, **enquanto perdurar os efeitos da referida decisão** (ou da sentença que a suceder, caso a ação de servidão seja, ao final, julgada procedente), os quais não podem nem poderão ser revertidos ou suprimidos pela via administrativa, mas somente no âmbito judicial, deve-se considerar que **a exigência legal de autorização do proprietário do solo encontra-se satisfeita**, não havendo, consequentemente, motivo para se falar em cancelamento do registro de licença ou em negativa de prorrogação.

## **CONCLUSÃO**

20. Posto isso, relativamente à consulta formulada, opina-se pela impossibilidade de, no caso vertente, ocorrer a cassação do registro de licença, porquanto a liminar deferida nos autos da ação de servidão supre o consentimento do proprietário do solo, de modo que, enquanto perdurar os efeitos da referida decisão (ou da sentença que a suceder, na hipótese de ser ação de servidão, ao final, julgada procedente), deve-se considerar satisfeita a exigência legal de autorização do superficiário para fins manutenção do título e de eventual prorrogação.

À consideração superior.

Brasília, 19 de março de 2024.

Herbert Pereira da Silva  
Procurador Federal  
Matr. 1220847 - OAB(DF) 26842

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 48069000034202411 e da chave de acesso cbca0e03

---



Documento assinado eletronicamente por HERBERT PEREIRA DA SILVA, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1444214344 e chave de acesso cbca0e03 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): HERBERT PEREIRA DA SILVA, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 19-03-2024 15:42. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---